



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução

Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação
(LEA-MSI)

AGNES DE ARAUJO PÓVOAS PEREIRA

INTERNACIONALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

Uma Área de Atuação para o LEA-MSI

BRASÍLIA – DF

2022

AGNES DE ARAUJO PÓVOAS PEREIRA

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Uma Área de Atuação para o LEA-MSI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas como requisito básico para a conclusão de curso.

Orientador: Prof. Doutor Virgílio Pereira de Almeida.

BRASÍLIA – DF

2022

RESUMO

A proposição deste trabalho é avaliar o potencial do bacharel formado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI), no apoio ao processo de internacionalização de Instituição de Ensino Superior, tendo como exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Para efeito, lança-se mão, fundamentalmente, de entrevista com o ex-Reitor do IFB, Prof. Dr. Wilson Conciani que durante os anos de 2009 e 2019, período de sua gestão, colaborou decisivamente para a internacionalização do IFB, bem como para a da própria Rede Federal de Educação Profissional, da qual o Instituto faz parte. Conclui-se, à luz das palavras do ex-dirigente, que um profissional com a formação acadêmica de um graduado em LEA-MSI, seria muito indicado para contribuir neste processo.

Palavras-chave: Internacionalização de IES, LEA-MSI, IFB.

ABSTRACT

The purpose of this work is to assess the importance of the graduated bachelor in Foreign Languages Applied to Multilingualism and the Information Society (LEA-MSI), in supporting the internationalization process of Higher Education Institution, taking as an example the Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasilia (IFB). For this purpose, it makes use, fundamentally, of an interview with the former Dean of the IFB, Prof. Dr. Wilson Conciani who throughout the years 2009 and 2019, period of his management, collaborated decisively for the internationalization of the IFB, as well as for that of the Federal Network of Professional Education, of which the Institute is part. It is concluded, in light of the words of the former leader, that a professional with the academic background of a graduate in LEA-MSI, would be very suitable to contribute to this process.

Keywords: Internationalization of IHEs, LEA-MSI, IFB.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p. 5
2 PERFIL DO EGRESSO DO LEA-MSI	p. 7
2.1 Experiência do aluno do LEA-MSI e o mercado de trabalho	p. 7
3 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	p. 9
3.1 Uma visão preliminar da internacionalização do ensino superior	p.9
3.2 Evolução da internacionalização da educação superior nas últimas décadas.....	p. 10
3.3 Promoção, oferta e regulação da internacionalização do ensino superior	p. 11
3.4 Internacionalização: educação ‘em casa’ e ‘transfronteiriça’...	p. 11
3.5 Novos temas da internacionalização do ensino superior.....	p. 12
3.5.1 Inclusão e equidade	p. 13
3.5.2 Internacionalização descolonizada	p. 13
3.5.3 Internacionalização para a sociedade	p. 13
3.5.4 Internacionalização devido a deslocamentos humanos forçados	p. 13
3.5.5 Internacionalização do currículo ‘em casa’	p. 14
3.5.6 Internacionalização digital.....	p. 15
3.5.7 Acessibilidade da internacionalização	p. 15
4 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFB)	p. 17
4.1 O Processo de Internacionalização do IFB	p. 18
5 ENTREVISTA COM PROF. WILSON CONCIANI (IFB)	p. 20
6 CONCLUSÃO	p. 24
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 26

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar o potencial do bacharel formado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI), no apoio ao processo de internacionalização de instituições de ensino, tendo como exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Os bacharelados em Línguas Estrangeiras Aplicadas (LEA) se iniciaram na França a partir dos anos de 1970. No final de 1999 a universidade francesa de Rochelle (La Rochelle Université) realizou convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de Ilhéus (BA), que foi pioneira nessa graduação no Brasil, iniciando seu curso de línguas estrangeiras aplicadas no ano de 2002. O segundo curso do gênero do país teve início em 2009 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no campus de João Pessoa. Em 2010, a Universidade de Brasília (UnB) criou o Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI) (FROSSARD et al., 2020; PROJETO PEDAGÓGICO a, 2017). Em 2014 o CEFET/RJ implantou o curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEANI) com o viés de ensino direcionado para a atuação em ambientes comerciais ao redor do mundo (PROJETO PEDAGÓGICO b, 7 2017).

A graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI) foi desenvolvida pela UnB com um enfoque mais amplo, abrangendo áreas como mundo digital, terminologia, tradução audiovisual, organização de conferências internacionais, censos linguísticos, criação de dicionários etc.

Os alunos de LEA-MSI recebem formação em duas línguas estrangeiras principais, a escolher entre Inglês, Francês e Espanhol, e devem completar 40 créditos de outra(s) língua(s), totalizando 120 créditos de língua estrangeira. Também cursam disciplinas específicas das áreas de aplicação: audiovisual, terminologia e multilinguismo no mundo digital. Todo aluno do curso deve realizar Estágio Supervisionado obrigatório em instituições públicas, privadas ou ONGs e apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso.

O estudante de LEA-MSI conta com o apoio de outras graduações do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) do Instituto de Letras, para o aprendizado de outras línguas, como alemão, italiano, polonês, japonês ou coreano. A atividade em ambientes

multiculturais e multilíngues é um critério importante para o egresso desse novo curso. Os estudantes contam com uma ampla oferta de práticas de pesquisa e extensão ao longo do curso.

O LEA-MSI mantém atividades de Iniciação Científica através do Programa de Iniciação Científica (ProIC). Por meio de edital, selecionam-se projetos de pesquisa que envolvam a participação, enquanto bolsistas ou voluntários, de estudantes de graduação. O objetivo dos projetos é despertar vocação científica e preparar os graduandos para o ingresso na pós-graduação. Podemos citar como maiores expoentes o projeto MOBILANG - Mobilidades e contatos de línguas, que atualmente conta com cinco linhas de pesquisa (Mobilidades e contatos de línguas; Migrações, gênero e multilinguismo; Contatos de línguas e literatura pós-colonial; Contatos de línguas no cinema: um desafio para a legendagem; Contatos de línguas na web) e o Projeto Tradução e Internacionalização, com o foco específico em tradução e manutenção de sites institucionais das IES.

A graduação do LEA-MSI também oferece atividades de Extensão. Atualmente são desenvolvidos:

- i) o CiberLibras, que é um projeto para pesquisa, desenvolvimento e difusão de variados sinais-termos referentes a Universidade de Brasília, em língua de sinais;
- ii) o grupo de pesquisa MOBILANG, registrado no CNPq, que atua na área de sociolinguística, com foco nos contatos de línguas, analisando as mobilidades humanas e seus resultados linguísticos e culturais;
- iii) o Núcleo de Acessibilidade do UnB Idiomas, que tem como objetivo principal capacitar os profissionais que precisam atender a necessidades específicas de acessibilidade cultural e social em seu meio de trabalho de acordo com a legislação brasileira.

Neste Núcleo são ofertados:

- iii.a) cursos de língua brasileira de sinais e de tradução/interpretação libras-português; cursos de línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol) com fins acadêmicos para surdos;
- iii.b) cursos temáticos sobre modalidades de acessibilidade como: audiodescrição, legendagem, acessibilidade web, línguas de sinais e guia-intérprete para surdo-cegos;
- iv) o Projeto Tradução e Internacionalização, que tem por objetivo a tradução e manutenção das traduções de sites institucionais da UnB e de outros entes e organizações conveniados, visando um ambiente internacionalizado desses meios de comunicação.

O futuro bacharel formado no LEA-MSI, pelo aprendizado recebido, adquire, portanto, um conhecimento que lhe permite atuar, especialmente, em órgãos públicos

nacionais e internacionais, agências de cooperação estrangeira, agências da ONU, universidades, órgãos governamentais, academias de línguas, ONGs, bibliotecas multilíngues assim como em editoras nacionais e internacionais. Com destaque para as atividades de promoção de intercâmbio e contato com IES, tanto nacionais quanto internacionais, como pode ser observado nos eventos promovidos pelo próprio curso, como a Jornada LEA, que ocorre semestralmente. Jornada organizada tanto pelos próprios alunos, quanto o LEarning About, um evento anual, que busca integrar os cursos de LEA do território nacional .

2 PERFIL DO EGRESSO DO LEA-MSI

O aprendizado do curso de LEA-MSI propõe conferir ao seu aluno concluinte, a partir dos pressupostos estabelecidos e da proposta curricular desenhada para a sua formação, as seguintes qualificações para o mercado de trabalho:

- a) Competência intelectual e comunicativa em língua materna, três línguas estrangeiras e em técnicas destinadas à promoção do multilinguismo, particularmente no mundo digital; e
- b) Capacidade de assessorar, mediar e coordenar, participando do planejamento, elaboração e execução de ações que impliquem os diversos tipos de diálogo, troca e intercâmbio internacional, de natureza técnica no campo da terminologia, das tecnologias de informação e comunicação e no setor audio-visual. (PROJETO, 2010)

O bacharel em LEA-MSI, através do seu conhecimento prévio de idiomas estrangeiros e daqueles adquiridos no curso, apresenta a aptidão para atuar em um ambiente tecnológico criativo estimulado pela globalização. O potencial criado pelo conhecimento de idiomas estrangeiros aplicado às diversas áreas de atuação dos egressos do LEA-MSI dá a esses novos profissionais uma grande vantagem para o processo de internacionalização das IES brasileiras em relação aos graduados em cursos afins, mas sem conhecimento de línguas estrangeiras.

2.1 Experiência do aluno do LEA-MSI e o mercado de trabalho

Os cursos de graduação de LEA no Brasil são relativamente recentes e o aproveitamento do potencial dos egressos dos quatro cursos superiores desta modalidade universitária no Brasil ainda é restringido pelo desconhecimento do setor empregador, cuja visão se limita apenas à característica bilíngue do candidato ao emprego com especialidade de

LEA, principalmente o português-ínglês, e os multilíngues que demandam os idiomas espanhol, francês, japonês, alemão, árabe e até o mandarim (TATAGIBA, 2022).

A singularidade do curso de LEA-MSI da UnB, se concentrando no campo que destaca o multilinguismo na sociedade da informação, representa uma posição privilegiada em segmentos das áreas de produção científica-industrial como inteligência artificial, robótica avançada, *big data*, computação em nuvem, internet das coisas, nano e biotecnologia, impressão 3D etc., que se materializam em três grandes dimensões: digitalização, novos materiais e novos processos (ALMEIDA e CAGNIN, 2019).

Estes setores, por terem uma expressiva participação de empresas estrangeiras, principalmente de origem no hemisfério norte (estadunidenses, europeias e do Extremo Oriente), abrem campo de trabalho para os profissionais formados em LEA-MSI pela especialização e pelo expressivo aprendizado de idiomas estrangeiros que recebem na sua vida acadêmica.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

3.1 Uma visão preliminar da internacionalização do ensino superior

A internacionalização tem sido um dos fatores mais críticos na formação do ensino superior nas últimas três décadas. Atualmente, ela se desenvolve em duas bases interdependentes: 'em casa' e no exterior. As organizações relacionadas à formação universitária e governos também mostram avanços através da inclusão do conceito de internacionalização em suas atuações e metas. (KNIGHT, 2021).

As estratégias, programas e políticas de internacionalização desenvolvidos pela educação superior evoluíram ao longo dos anos em resposta à globalização. À medida que o século XXI avança, a dimensão internacional da educação universitária está se tornando cada vez mais importante e, ao mesmo tempo, cada vez mais complexa.

O significado da internacionalização pode ter diversos entendimentos. Para alguns, internacionalização se constitui de uma série de atividades internacionais, como a mobilidade acadêmica para alunos e professores; as relações, parcerias e projetos internacionais; os programas acadêmicos internacionais e as iniciativas conjuntas de pesquisa e extensão com o exterior. Para outros, o conceito significa a oferta da educação superior em outros países

usando uma variedade de técnicas presenciais e a distância, como *campi* de filiais internacionais, franquias ou universidades internacionais conjuntas.

Para muitos acadêmicos, a internacionalização significa incluir uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. Mais recentemente, o foco tem sido a aprendizagem colaborativa internacional *online* usando salas de aula e estágios virtuais. Finalmente, o termo também é usado para descrever centros regionais de educação, zonas, *hotspots* (pontos de acesso), cidades educacionais e aldeias do conhecimento.

A internacionalização deve ser vista no contexto da mudança do papel e da posição do ensino superior no mundo. Ela só pode ser percebida em seu contexto mais amplo. Mudanças rápidas estão ocorrendo no ensino superior internacional, que só aumentou em alcance e complexidade na última década. As principais mudanças no ensino superior globalmente verificado são sua massificação, a economia global do conhecimento e a ênfase no reconhecimento e nos rankings das instituições de ensino superior (DE WIT, 2019).

A economia do conhecimento global é um elemento-chave no desenvolvimento do ensino superior e na internacionalização. As relações econômicas baseadas em tecnologia e na ciência demandam altos níveis de conhecimento, habilidades e sofisticadas relações internacionais. As universidades que têm programas de pesquisa desempenham um papel particularmente importante na economia global do conhecimento. Elas não apenas educam mas também são as principais produtoras de pesquisa básica na maioria dos países. As universidades de pesquisa estão entre as principais instituições ligadas internacionalmente. Elas têm fortes ligações com instituições semelhantes em todo o mundo, integrando professores e alunos.

3.2 Evolução da internacionalização da educação superior nas últimas décadas

Segundo Knight (2021), a expressão internacionalização não é um termo novo. Ela tem sido usada há anos na ciência política e no funcionamento dos governos nacionais, mas o seu reconhecimento no setor educacional somente aumentou no início dos anos de 1980, quando foram destacadas e generalizadas as expressões: educação internacional, cooperação internacional para o desenvolvimento, educação comparada e educação por correspondência.

Antes dessa época, a educação internacional e a cooperação internacional eram ações para segmentos mais favorecidos da sociedade.

Na década de 1990 a utilização do termo internacionalização se generalizou no segmento da educação, sendo incorporadas ainda as expressões: *educação multicultural*, *educação intercultural*, *educação global*, *educação a distância no exterior* e também a *efetivada 'em casa'*. Posteriormente, no período após os anos 2000, foram acrescentados no glossário da internacionalização da educação os termos *globalização*, *educação sem fronteiras*, *educação transfronteiriça*, *educação transnacional*, *educação virtual*, *internacionalização 'fora do país'* e *internacionalização 'em casa'*. (Ibidem.)

Na década seguinte de 2010 o cenário da internacionalização da educação adquiriu outros novos termos como: *regionalização*, *planetização* (propagação mundial de um fenômeno humano local), *cidadania global* e classificações de *internacionalização verde*. Na década atual foram adicionados os seguintes termos e expressões genéricas na educação internacional: *programa internacional e mobilidade de provedores*, *soft power*, *knowledge learning*, *internacionalização inteligente*, *aprendizagem colaborativa internacional online* (COIL, na sigla em língua inglesa).

3.3 Promoção, oferta e regulação da internacionalização do ensino superior

A internacionalização do ensino superior apresenta um grande conjunto de iniciativas que trazem novos atores para a sua implementação. Essas iniciativas têm implicações para políticas e regulamentações nos níveis internacional, regional e doméstico do ensino superior de um país. Atualmente, os limites que separam esses diferentes níveis estão se tornando cada vez mais próximos.

Os citados atores representam uma diversidade de grupos: não apenas instituições e provedores educacionais, mas também departamentos e agências governamentais, organizações não governamentais, fundações públicas e privadas; convenções e tratados. As categorias de atores podem ser analisadas mais detalhadamente considerando a natureza de sua missão – formulação de políticas, regulamentação, financiamento, programação, advocacia e trabalho em rede. É importante notar que os atores muitas vezes ocupam mais de um papel e que, portanto, essas categorias não são mutuamente excludentes.

3.4 Internacionalização: educação 'em casa' e 'transfronteiriça'

Existe, no desenvolvimento da conceituação de internacionalização da educação superior, as divisões ‘em casa’ e a ‘transfronteiriça’.

O conceito ‘em casa’ foi desenvolvido para dar maior destaque às estratégias baseadas na instituição local para contrabalançar a maior ênfase na mobilidade acadêmica internacional. Essas estratégias ‘em casa’ podem incluir a dimensão intercultural e internacional no processo de ensino-aprendizagem, pesquisa, atividades extracurriculares; relacionamentos com grupos culturais e étnicos do país, bem como a integração de estudantes e acadêmicos estrangeiros na rotina acadêmica e nas atividades educacionais locais.

Segundo Knight (2021) a internacionalização ‘em casa’ pode se manifestar de diversas maneiras. Uma delas é a influência de currículos e programas universitários, que passam a apresentar temáticas internacionais. Há também a ampliação da dimensão internacional intercultural e global nos cursos existentes. O aprendizado de idiomas estrangeiros é incentivado havendo ainda o estímulo a estudos de área ou regionais de outros países.

Nos aspectos relativos à pesquisa e à atividade acadêmica, a instituição de ensino superior que implementa um processo da internacionalização verifica o aumento na atividade de centros de área e temáticos, voltados à área internacional; o incremento de pesquisa baseada em rede e a inovação de projetos; a organização de congressos e seminários internacionais; publicação conjunta de artigos e textos acadêmicos; organização de acordos de pesquisa internacionais; trocas informacionais entre programas acadêmicos e integração de pesquisadores estrangeiros nas unidades locais de ensino superior.

A educação ‘transfronteiriça’, muitas vezes referida como mobilidade acadêmica internacional, refere-se ao movimento de pessoas, programas educacionais estrangeiros e locais. As trocas do conhecimento variam por meio da modalidade presencial, virtual e híbrida. A mobilidade educacional internacional pode fazer parte de projetos de cooperação para o desenvolvimento, parcerias acadêmicas ou comerciais. Tais parcerias incluem uma ampla variedade de acordos que vão desde o estudo no exterior até a criação de franquias ou *campi* de universidades internacionais conjuntas. Trata-se um termo que é frequentemente usado de forma intercambiável com educação transnacional, *offshore* e sem fronteiras. (KNIGHT, 2012)

Atualmente mudanças vêm ocorrendo em relação à internacionalização do currículo e do processo de ensino/aprendizagem. Verifica-se a ênfase no desenvolvimento de capacidades nos alunos, como compreensão intercultural e habilidades de comunicação, compreensão de questões mundiais e aprimoramento de habilidades sociais. Este desenvolvimento se associa aos tradicionais estudos de área e de idiomas estrangeiros nos cursos universitários internacionalizados, havendo a atenção aos resultados e atributos de aprendizagem dos alunos que são importantes para viver e contribuir para um mundo mais interconectado e interdependente (KNIGHT, 2021).

3.5 Novos temas da internacionalização do ensino superior

De acordo com Deardorff (2022) em uma futura agenda da internacionalização do ensino superior, são vislumbrados novos temas que poderão ser abarcadas pelo conceito, entre os quais: a inclusão e equidade, a internacionalização descolonizada, a internacionalização para a sociedade, a internacionalização devido a deslocamentos humanos forçados, a internacionalização do ‘currículo em casa’, a internacionalização digital e a acessibilidade da internacionalização.

3.5.1 Inclusão e equidade

A inclusão e equidade no contexto da internacionalização do ensino superior o tornam menos elitista. Segundo Marinoni (2022) a internacionalização deve passar de uma lógica econômica para uma lógica sociocultural e acadêmica. A competição deve ser substituída pela cooperação. Ainda conforme Mwangi e Yao (2021) a cooperação é uma forma de desconstruir a antiga postura dos países desenvolvidos para a internacionalização do ensino superior vinculada aos elementos do imperialismo ocidental, da colonização acadêmica e da desigualdade.

3.5.2 Internacionalização descolonizada

A internacionalização descolonizada do ensino superior é uma abordagem que altera as relações dos países desenvolvidos com os em desenvolvimento que recebem esse processo de internacionalização. Essa abordagem procura reconhecer que as relações associadas à internacionalização do ensino superior se constituíram desigualmente ao longo da história.

Expectativas, objetivos e soluções vinculados à internacionalização permanecem em grande parte imersos em uma agenda eurocêntrica que se projeta universalmente. Essa agenda

direciona o que é válido, desejável e possível quando chega a hora de internacionalizar. Muitas vezes quem ainda oculta o passado colonial do país desenvolvido é quem coordena o processo de internacionalização. Como resultado, ainda há pouco espaço para debates sobre responsabilidades éticas, a respeito do que é e pode ser a internacionalização e a propósito de como a internacionalização pode funcionar ativamente como ferramenta de transformação de um mundo altamente hierarquizado (LEAL, 2022).

3.5.3 Internacionalização para a sociedade

A internacionalização do ensino superior para a sociedade visa explicitamente beneficiar a comunidade em geral, localmente ou no exterior, por meio de educação, pesquisa, serviço e engajamento internacionais ou interculturais. Ao se envolver em projetos internacionais e locais e em parcerias, a instituição de ensino superior busca melhorar a qualidade e acesso à universidade para todos e responder às questões atuais em nossas sociedades (BRANDENBURG et al., 2020).

3.5.4 Internacionalização devido a deslocamentos humanos forçados

A internacionalização no ensino superior devido a deslocamentos humanos forçados é um fenômeno que acontece na atualidade em razão aos conflitos e tragédias naturais existentes no mundo. O deslocamento forçado de pessoas provoca o aumento do acesso ao ensino superior para este grupo humano. Acolher grupos internacionais desfavorecidos no ensino superior não é apenas consistente com os quatro fundamentos tradicionais da internacionalização (acadêmico, sociocultural, político e econômico), mas também é importante por razões humanitárias (ERGIN et al, 2019).

3.5.5 Internacionalização do currículo ‘em casa’

Nas últimas duas décadas houve um forte movimento de internacionalização do currículo ‘em casa’ como alternativa para internacionalização no exterior. Estruturas e processos baseados em pesquisa foram desenvolvidos e adotados em diferentes contextos nacionais e regionais. Ainda assim, o foco principal da internacionalização para muitas instituições tem sido a mobilidade física. Alguns viram os apelos para internacionalizar o currículo ‘em casa’ para todos os alunos como uma oposição e uma crítica à mobilidade, ao invés de uma parceria envolvendo atividades complementares, tanto valorizando quanto avançando umas às outras. Mais pesquisas e atenção às políticas e práticas de

internacionalização do ‘currículo em casa’, incluindo serviços para estudantes e funcionários acadêmicos, estão fortemente relacionadas ao apelo por mais equidade e inclusão, bem como aprendizagem global para todos. Portanto, não é surpresa que essas questões sejam centrais na agenda futura para a internacionalização (DEADORFF et al, 2022).

A pesquisadora Tracy Zou (2022) aponta muitas reflexões críticas sobre o significado e o valor da internacionalização. Ela destaca que novas conceituações surgirão principalmente no âmbito da internacionalização do currículo. Essa pesquisadora da internacionalização do ensino superior aponta para o surgimento de um currículo mais criativo, aberto e global a ser desenvolvido por meio de colaborações entre diferentes universidades.

Zou (2022) afirma que haverá mais intercâmbio virtual entre os alunos com projetos mais complexos dessa troca por meio de oportunidades de aprendizado concomitante quando os alunos podem aprender a qualquer hora e em qualquer lugar.

A pesquisadora antevê o currículo mais inclusivo quando incorpora grupos convencionalmente marginalizados por dificuldades de acesso. Perspectivas do Sul Global e de outras áreas marginalizadas e distantes precisam ser ouvidas e gradualmente integradas ao currículo, alega Zou (2022).

Enquanto isso, também precisamos estar cientes dos riscos de priorizar certos conhecimentos e valores e suprimir outros nessas iniciativas. Ser reflexivo e crítico sobre a atual estrutura de poder é importante para o futuro da internacionalização do currículo.

3.5.6 Internacionalização digital

Aprendizagem internacional colaborativa online (COIL), intercâmbio virtual e mobilidade virtual são termos que nos últimos anos se tornaram parte do vocabulário da internacionalização. Como tal, esta será uma área vital de pesquisa e prática para o futuro, não substituindo a internacionalização física, mas aprimorando-a através da incorporação de ferramentas e abordagens digitais na política e ação de internacionalização, bem como na pedagogia e no projeto dos cursos universitários.

A internacionalização do ensino superior continuará a ser uma das principais estratégias para responder eficazmente às mudanças trazidas pela globalização. Situações excepcionais como da epidemia da COVID19 apresentaram desafios enfrentados no ensino em nível global. Novas formas de trabalho e prestação de serviços educacionais foram

adotadas. Este novo impulso facilitou a implementação de diferentes recursos e atividades na internacionalização em casa através da transformação digital. (ADAMU, 2022)

Adamu (2022) aponta que as instituições de ensino superior do Sul Global, ou dos chamados países em desenvolvimento, usarão a internacionalização por meio da transformação digital para construir sua capacidade e aumentar sua visibilidade e reputação, o que, em um futuro próximo, continuará a ser a principal razão para a internacionalização do ensino superior nas suas universidades.

O desenvolvimento da transformação digital também apresentará diferentes abordagens para implementar algumas características da internacionalização. Por exemplo, deverá ser priorizado a necessidade de formas híbridas de entrega transfronteiriça de ensino superior. Também se reduzirão as atividades de internacionalização que exigem mobilidade física, incluindo conferências, treinamentos e visitas de exposição e de compartilhamento de experiências.

3.5.7 Acessibilidade da internacionalização

Em todas as pesquisas sobre a internacionalização do ensino superior, os desafios financeiros associados são um ponto-chave de atenção. É importante enfatizar que os recursos financeiros direcionados para a educação superior devem amparar conteúdo e a atividade das universidades e não o contrário. Esta situação, infelizmente, não tem sido o caso da internacionalização nas últimas décadas, após mudanças na ênfase da política nacional e institucional da cooperação para a competição entre as universidades e da troca de conhecimento para a mercantilização do ensino superior. Portanto, faz sentido que a acessibilidade em suas diferentes formas continue a ser uma questão importante (DEADORFF et al, 2022).

O processo de internacionalização de instituições de ensino superior é intencional e não espontâneo. Isso significa que não acontece automaticamente. Não é um objetivo em si, devendo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior. Precisa beneficiar todos e não uma pequena elite de estudantes e acadêmicos, alcançando, idealmente, o conjunto integral da sociedade. No entanto, há a necessidade de reconhecer que há muito a ser feito para que a internacionalização entre em uma nova fase, comprovadamente mais inclusiva.

Nos tempos atuais de transformação, a agenda de internacionalização deve se concentrar em manter sua qualidade e garantir a disponibilidade para diferentes regiões e diferentes tipos de alunos de diferentes origens. Mesmo com as dificuldades verificadas na implementação desse desenvolvimento, devem ser implementadas iniciativas em mobilidade virtual e aprendizagem colaborativa para se alcançar o propósito (MINAEVA, 2022).

A cooperação deve ser estimulada em vez de competição. Grande parte da educação internacional está associada à competição por estudantes ou por excelência acadêmica. No entanto, dada a dinâmica atual, a cooperação global parece ser a estratégia mais promissora e sustentável: aproveitar ao máximo as parcerias existentes e alcançar novos parceiros em diferentes regiões pode permitir que as instituições unam seus esforços e recursos para sustentar a qualidade de internacionalização e educação em conjunto. A cooperação é particularmente possível e desejável no contexto de instituições públicas no Brasil, que não precisam de competir por estudantes, mas podem enfrentar em conjunto o desafio de atrair mais estudantes estrangeiros.

A mudança nos formatos de internacionalização implica uma mudança sistêmica mais profunda nos métodos de ensino, financiamento, regulamentos de imigração, políticas de ensino e outros aspectos da experiência internacional. É crucial que diferentes atores (agências nacionais, lideranças universitárias, acadêmicos) apoiem as iniciativas uns dos outros e que a comunicação entre os atores seja ágil e bem alinhada.

4 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFB)

Criada em dezembro de 2008 a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. No âmbito desta Rede, foram criados 38 Institutos Federais, dentre os quais, o IFB. Além destas Unidades, compõem a Rede Federal a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), os CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Colégio D. Pedro II (RJ), além de Escolas Técnicas vinculadas à Universidade Federais (FRAJUCA et al., 2009).

A Rede Federal de Educação Profissional está presente em todos os estados do território brasileiro, o que representa um grande avanço para a educação profissional pública e gratuita, uma vez que essa expansão tem possibilitado cada vez mais a interiorização da educação profissional, tornando possível o acesso a esse tipo de educação formal por mais estudantes, mesmo em municípios mais distantes das capitais, ressalta Silva (2016).

Cabe destacar que o IFB, assim como os demais membros da Rede Federal, tem por objetivos, conforme o art. 7º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, dentre outros:

desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; e ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores (...); b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica(...); d) cursos de pós-graduação lato sensu (...); e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado (...).(BRASIL, 2008).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013 do IFB (PDI 2009-2013), merecem ser ressaltadas duas finalidades para efeito da abordagem do tema aqui tratado. A primeira explicita a necessidade de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológicas, e a segunda se relaciona à realização e ao estímulo para o desenvolvimento da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico.

No que tange às Políticas de Extensão e ainda de acordo com o PDI 2009-2013, merece ser reproduzida *ipsis litteris*, a seguinte reflexão que aborda a necessidade do intercâmbio também no âmbito internacional, como forma de ratificar a existência do IFB (FRAJUCA et al.,2009, p. 25):

E num mundo altamente globalizado é impensável, que seus estudantes, não conheçam outras realidades próximas e distantes, de mesma origem cultural ou não; que não contribuam com nações menos ricas e menos desenvolvidas que o Brasil, e que também não devam trazer dessas nações, experiências bem-sucedidas nas mais diversas áreas; bem como vislumbrar a possibilidade de relações de trabalho em outros países. Para efetivar essas possibilidades, trabalhar conjuntamente com a Assessoria Internacional do Ministério da Educação, será tarefa prioritária. Mas não menos importante, é a relação estreita que se deva ter com todos os organismos da sociedade civil organizada já mencionada, assim como com as instituições educacionais do DF. (SIC)

No mesmo PDI 2009-2013, é possível conferir no item ‘Dimensões da Extensão’, a opção pelas relações internacionais que, em conformidade com as políticas imediatamente

acima transcritas, entende-se que as políticas têm por finalidade intercâmbios e cooperações internacionais, como instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da própria extensão.

Já na versão atualmente em vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB - PDI IFB 2019-2023, vale mencionar, dentre os objetivos estratégicos, aquele que reitera explicitamente a importância da internacionalização como um dos “marcos no processo de implantação e consolidação do IFB (ALFANI et al., 2021, p.18).

4.1 O Processo de Internacionalização do IFB

Com o aumento dos processos de globalização e integração, fica evidente a importância da internacionalização no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (STALLIVIERI et al., 2019, p.58).

Em 2009, o Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – FORINTER - indicou que com o crescimento dos processos de globalização e integração nas mais diversas situações, é necessário o entendimento do significado das relações internacionais na educação pública, especialmente em relação à educação profissional e tecnológica no Brasil (POLÍTICA, 2009).

Na construção dessa nova política, destacam-se os seguintes pontos:

- Debater e apresentar ideias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das unidades responsáveis pelas relações internacionais dos Institutos;
- Proporcionar visibilidade às ações dos Institutos Federais, em âmbito nacional e internacional;
- Promover atividades que proporcionem a ampliação dos processos de cooperação e de intercâmbio internacionais dos Institutos Federais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Estimular a inserção internacional dos Institutos Federais, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação dos estudantes, professores e técnicos administrativos destas instituições e das instituições parceiras internacionais (POLÍTICA, 2009).

Neste documento também consta como estratégia para implementação do processo de internacionalização dos Institutos Federais (IFs) a criação e a estruturação das Assessorias de Relações Internacionais dos IFs. Nesse sentido, o documento sinaliza que se faz necessária a implantação dessas assessorias, ligadas diretamente às Reitorias dos IFs, sendo elas de

fundamental importância estratégica. Essas unidades precisam ser dotadas de infraestrutura, recursos financeiros e humanos adequados para o cumprimento dos objetivos de cooperação e intercâmbio internacionais (STALLIVIERI et al, 2019, p. 64-65).

Stallivieri et al (2019) realizaram estudos junto às assessorias internacionais dos IFs para avaliar os pontos fortes e fracos do processo de internacionalização daquelas instituições com os seguintes resultados:

- a) pontos fortes:
 - 1 – a celebração de convênios internacionais;
 - 2 – a mobilidade acadêmica de alunos;
 - 3 – o interesse dos gestores em fortalecer a internacionalização.
- b) pontos fracos:
 - 1 – limitado domínio de outro idioma, tanto pelos gestores quanto pelos professores;
 - 2 – baixa internacionalização de currículo;
 - 3 – falta de recursos financeiros disponíveis.

Rudzki conceitua a ‘internacionalização’ na educação como

um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades que são parte da função das universidades (RUDZKI, 1998, p. 16).

Seguindo este conceito, Stallivieri et al reforçam que este processo é amplo e que no estudo feito nesse contexto para os IFs, mesmo constatando que são entes de existência recente, foram encontradas ações, ainda que modestas, para fortalecer a internacionalização. Os autores destacam ser “necessário fortalecer a estrutura administrativa, com suporte, recursos humanos e materiais adequados para o cumprimento dos objetivos de cooperação e intercâmbio internacionais, com vistas a uma robusta inserção dessas Instituições no cenário da educação mundial” (STALLIVIERI ET AL, 2019).

5 ENTREVISTA COM PROF. WILSON CONCIANI (IFB)

A entrevista foi realizada via e-mail com o Prof. Dr. Wilson Conciani, ex-Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) no período de 2009 e 2019, período no qual foi iniciado o processo de internacionalização do instituto. O professor participou ativamente do processo de internacionalização do Instituto Federal de Brasília, durante o processo que é objeto de estudo do presente texto, desta forma observando um

projeto já implementado, foi possível questionar o entrevistado com relação aos profissionais envolvidos e o que poderia ser o diferencial do profissional de LEA no processo.

Em se tratando especificamente do processo de internacionalização do Instituto Federal de Brasília, as palavras do Prof. Wilson Conciani¹ são emblemáticas. Para ele, o processo teve início ainda na concepção arquitetônica de cada campus – ainda em 2009, originalmente para serem vistos como uma vitrine. Naquele mesmo ano, o IFB já sediaria o encontro diretores e reitores da Colômbia com a Rede Federal, no que se caracterizaria como uma diretriz de criação, talvez um indicativo inicial de uma vocação inata em razão da sua própria localização na Capital Federal.

Já no ano seguinte, ressalta o entrevistado, o IFB elaborou um projeto de apoio à reconstrução do Haiti, mobilizando alguns outros Institutos Federais, focando no uso de resíduos de construção civil. Esta proposta nasceu no IFB, e envolveu também a Agência Brasileira de Cooperação Internacional, a Itaipú Binacional, a embaixada da Suécia, o Ministério da Educação do Haiti e o Conselho de Arquitetos daquele País.

No final de 2010, na avaliação do ‘Programa Mulheres MIL’ – iniciativa voltada para a capacitação de mulheres em vulnerabilidade socioeconômica através da transferência de tecnologia educacional do Canadá para o Brasil –, o IFB passa a ser o centro de referência nacional do programa e acolhe pesquisadores e coordenadores do Canadá e da Rede Federal, dando início efetivo e sistematizado à sua internacionalização com tal ação.

O ano de 2011 foi marcado pela intensificação no panorama da internacionalização com o Congresso da UASNET (rede de universidades de ciências aplicadas da Europa). Neste evento, o IFB celebra 3 acordos de Cooperação, um dos quais originando o programa de formação de servidores (mestrado) do Instituto. Os outros dois proporcionaram intercâmbio de servidores e estudantes.

Cumprе destacar que o IFB foi um ponto de apoio e fomento para a internacionalização da Rede Federal. Isto porque, ainda em 2010, acontece a primeira reunião que trata do tema no âmbito da Rede Federal, sendo que a maioria dos membros ainda não dispunha de um servidor dedicado à internacionalização, diferentemente do Instituto de Brasília.

¹ Entrevista realizada em Dezembro/2021.

Ainda naquele encontro se desenhou um programa de línguas para que os alunos e servidores da Rede pudessem acessar escolas e programas de outros países. O programa de línguas em EAD foi liderado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). O primeiro Instituto a acolher o programa, por sua vez, foi o IFB. Também nesta linha, elaborou-se o projeto de língua portuguesa para estrangeiros.

O que pode ser também considerado um ponto favorável neste contexto de internacionalização é que, com o passar dos anos, realizaram-se no IFB diversos encontros anuais e formações do Fórum dos Assessores de Relações Internacionais (FORINTER), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Ademais, encontros de delegações internacionais e de embaixadas, quando tratam de temas ligados à educação profissional e tecnológica, também foram realizados no IFB.

O auge do protagonismo do IFB no processo de internacionalização aconteceu no momento em que o Prof. Conciani assume a coordenação de relações internacionais do CONIF, bem como a representação da Entidade junto ao Centro Internacional de Educação e Treinamento Técnico e Profissional (UNESCO-UNEVOC) e ao World Federation of Colleges and Polytechnics (WFCP), entre os anos de 2014 e 2018.

Os acordos de cooperação técnica, as atividades de mobilidade ou capacitação de pessoal se fizeram presentes em igual intensidade no processo de internacionalização do IFB. No caso da cooperação técnica, o já citado “Programa Mulheres MIL”, foi um bom exemplo. Porém, outros casos se mostram igualmente importantes. O trabalho de desenvolvimento de dissertações de mestrado da Universidade de Ciências Aplicadas de Suriname é outro exemplo dessa cooperação. Outro destaque dentre as iniciativas de cooperação, foi a oportunidade de proporcionar o envio de dezenas de servidores para estágios em escolas da Europa e América do Norte. Igualmente, o IFB recebeu dezenas de professores para capacitação em suas estratégias de educação profissional. Dentre os grupos acolhidos, o maior foi o de professores do Sudão.

A formação de servidores em nível de mestrado e doutorado foi, sem dúvida, um dos alvos mais importantes da internacionalização do Instituto. Nesta linha, quase 200 servidores obtiveram seus títulos em instituições estrangeiras, cabendo ao Instituto Politécnico de Santarém, em Portugal, o título de principal parceiro do IFB. Somente lá, mais de 100

servidores do IFB obtiveram seus diplomas em uma parceria que se estende até os dias de hoje.

De todas as parcerias, a mais ampla e de maior reciprocidade mantida pelo IFB foi com a Escola de Ballet de Berlim. Neste caso, o IFB enviou e recebeu professores e estudantes (de dança), ministrou cursos, desenvolveu espetáculos artísticos de forma conjunta (no Brasil e na Alemanha), publicou artigos e livros. Enfim, essa parceria beneficiou os servidores, estudantes e a população de ambos os países, na visão do entrevistado.

Em relação ao idioma utilizado nas interações com os parceiros, o Prof. Conciani destaca que as conversações tinham o inglês como língua principal, mesmo em países como Alemanha, China e Finlândia, por exemplo. Para países como França, Espanha, Chile e Colômbia as conversações se deram em nas línguas maternas dos parceiros. Isso indica que foram poucas as situações em que se falou o português, em razão da pouca quantidade de pessoas e países que falam esta língua mundo afora. Uma exceção para essa situação foram as parcerias com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Neste âmbito da lusofonia, o IFB manteve parcerias com o Timor Leste, Moçambique, Angola e Guiné Bissau, além, é claro, de Portugal.

No caso particular dos centros de idiomas, o entrevistado considera que a iniciativa contou com uma bela concepção, apesar do fato de seu funcionamento ter esbarrado em questões operacionais. Neste sentido, a contratação de professores e tutores para manter esses centros foi impossível face às limitações legais e financeiras. Os recursos dedicados ao Centro de Idiomas e o cronograma de trabalho foram insuficientes para dar a esta ação o lastro necessário no IFB. A demora em deixar a estrutura e os cursos disponíveis, a falha de continuidade e a qualidade dos materiais didáticos desenvolvidos foram, nas palavras do ex-Reitor, os principais entraves à efetiva implementação desta iniciativa. Ademais, o IFB estava em fase de implantação e consolidação, não dispondo de espaço e estrutura para tal atividade.

Para o entrevistado, a despeito de seu protagonismo, a internacionalização do IFB não é um fenômeno isolado na Rede. No entanto, em que pese ser um dos mais jovens, coube ao Instituto Federal de Brasília o papel de apoiar e suportar a organização deste trabalho na mesma Rede Federal.

Entende o ex-Reitor que a criação de equipes de internacionalização não é suficiente para consolidar e manter a internacionalização. É preciso ter também uma boa estrutura de trabalho e comunicação, com equipes capacitadas e estáveis. Até mesmo porque, destaca ele, os contatos e trabalhos não trazem resultados imediatos, podendo levar, em alguns casos, cerca de um ano e meio para alcançarem os primeiros resultados. Portanto, a permanência da equipe não pode ser menor do que cinco anos, visto que as ações perdem a continuidade por falta de contatos pessoais que inspirem confiança no parceiro. Para o professor, as:

ações de internacionalização exigem a criação de documentos e programas que sirvam de guia para cada conversa e acordo. Além disso, é tarefa desta equipe de relações internacionais dar suporte a quem vai ou vem para o IFB. Assim, tarefas como organizar a acolhida, alojamento, vistos e passaportes, seguro de saúde, cursos de línguas e suporte para o estrangeiro que chega tomam tempo e requerem cuidado e disponibilidade. Essa equipe precisa se despir de seus conceitos e culturas para bem acolher (e enviar) pessoas. Portanto, sem equipe e sem infraestrutura, não é possível fazer um bom trabalho (CONCIANI, 2021).

Ainda na dimensão da internacionalização e de seus inerentes desafios, ressalta o entrevistado que, muito além da mobilidade e do intercâmbio, há ações de desenvolvimento científico e tecnológico que podem ser implementadas sem necessariamente acarretar em gastos com viagens internacionais. Para tal, a comunicação virtual é a chave mestra.

Seja como for, o sucesso da internacionalização requer que muitos servidores e estudantes se comuniquem em outros idiomas ou, pelo menos, na língua inglesa, de sorte que estejam aptos a se relacionarem adequadamente em intercâmbios. Para ele, os centros de línguas devem ser implementados e mantidos como ponto de apoio para todas as atividades de internacionalização. Isso inclui o ensino de português para estrangeiros, para a acolhida de refugiados e imigrantes.

Especificamente sobre a definição da Assessoria de Relações Internacionais do IFB, o entrevistado lembrou que teve início em 2011, com a reformulação do organograma institucional. O perfil desejado para o assessor considerou os seguintes requisitos: dominar, pelo menos, uma língua estrangeira; ser comunicativo, empreendedor, organizado; estar familiarizado com o IFB do ponto de vista educacional; e ter disponibilidade para viajar. À época, a pessoa selecionada foi uma professora que possuía mais de 10 anos de docência em escola técnica na Alemanha – país onde se graduou e desenvolveu seu mestrado. Além disso, ela possuía fluência também em inglês, e conhecimentos avançados em espanhol e francês.

Ao ser apresentado o perfil do graduado em LEA-MSI e indagado se um profissional com tais características seria importante (ou um diferencial) para a assistência em um processo de internacionalização como o do IFB, o ex-Reitor afirmou que seria muito indicado, na medida em que toda a sua formação acadêmica como que talhada para esta função, fosse somada a experiência profissional.

6 CONCLUSÃO

O fortalecimento da carreira profissional do bacharel de LEA-MSI necessita de um maior apoio, visando o esclarecimento e a melhor divulgação dessa carreira profissional, por parte da UnB e de órgãos governamentais como da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Também uma maior interação dos quadros docente e discente do curso de Bacharelado em LEA-MSI da UnB com os órgãos de classe privados da produção e desenvolvimento de tecnologia tende a fortalecer a carreira dos profissionais formados neste curso.

Somada a essas iniciativas, seria muito proveitosa a criação de uma associação nacional de profissionais de LEA, como a associação universitária francesa “Association Nationale des Langues Étrangères Appliquées – ANLEA” que trabalha para o desenvolvimento da formação e investigação em LEA, para a sua promoção junto dos atores institucionais e econômicos, e para a integração profissional dos seus diplomados.

A busca de novos caminhos para o bacharel em LEA ajudará decisivamente no reconhecimento da necessidade do seu desempenho e colaboração profissional. A proposição desta graduanda neste TCC é a favor da colaboração profissional de egressos do LEA-MSI em procedimentos de internacionalização das instituições de ensino superior.

O graduado no curso de LEA-MSI tem a formação acadêmica adequada ao perfil exigido para atuar em uma série de áreas do mundo do trabalho. Como apontado nesse TCC, são necessárias que várias iniciativas sejam tomadas na perspectiva de que a carreira profissional seja fortalecida. Neste sentido, a carreira dos profissionais formados neste curso tende a ser fortalecida com o esclarecimento e a melhor visualização da carreira por parte da UnB e de órgãos governamentais, como a Seres/MEC, do CNPq, e também com uma maior

interação dos quadros docente e discente do curso de Bacharelado em LEA-MSI com os órgãos de classe privados da produção e desenvolvimento de tecnologia.

De igual maneira, somará muito a criação de uma associação nacional de profissionais de LEA, como forma de promover o graduado junto aos atores institucionais e econômicos, bem como para a integração profissional dos seus diplomados. Da mesma forma, o desenvolvimento internacional da formação LEA, por meio da promoção de intercâmbios que fomentem a criação de cursos LEA no estrangeiro, pode ser uma estratégia a ser implementada.

Em se tratando mais especificamente do propósito deste trabalho, cabe afirmar que, na visão do ex-Reitor do IFB, Prof. Dr. Wilson Conciani, o profissional com o perfil do graduado do LEA-MSI seria um diferencial positivo e, conforme seu destaque, este seria um profissional cujo “perfil está muito acima do necessário para uma instituição de ensino. Ter um profissional desses no IFB o colocaria em uma situação à frente de todas as instituições do Brasil.”

O processo de internacionalização de instituições de ensino superior é intencional e não espontâneo. Isso significa que não acontece automaticamente. Não é um objetivo em si, devendo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior. Precisa beneficiar todos e não uma pequena elite de estudantes e acadêmicos, alcançando, idealmente, o conjunto integral da sociedade. No entanto, há a necessidade de reconhecer que há muito a ser feito para que a internacionalização entre em uma nova fase, comprovadamente mais inclusiva. Levando isso em consideração, as ações de internacionalização teriam grande benefício sendo geridas por profissionais que tenham um perfil dinâmico, múltiplo e globalizado, como o do LEA, especialmente o do LEA-MSI. Um profissional que consegue associar tanto questões práticas de gestão e acessibilidade, quanto questões do mundo digital, que são cada vez mais intrínsecas ao processo de internacionalização. Isso tudo, sabendo utilizar da diversidade linguística como um meio e não um fim do processo.

O fato de Stallivieri et al (2019) mencionarem em seu artigo que a questão da presença digital é um ponto fraco nos IFs já é um indicativo de que o profissional que tenha uma formação digital com um know-how da sociedade da informação seria um candidato ideal para a gestão e administração dos processos de internacionalização, no caso mais específico da Rede, e das Instituições de Ensino superior num quadro geral. Estes pontos são

reforçados por Adamu (2022) que traz em sua argumentação a relevância da presença digital para internacionalização do ensino superior, especialmente no caso do Sul global.

A visão da internacionalização descolonizada deve ter importância no direcionamento do LEA-MSI. Este processo deve direcionar o aprendizado do seu corpo discente no aspecto da internacionalização absorvendo a realidade do país e aproveitando os novos ensinamentos externos que sejam úteis e adaptáveis a nossa realidade, visando sobretudo o benefício da sociedade. A aplicação dessa tecnologia educacional no Instituto Federal de Brasília com auxílio dos egressos do LEA-MSI, como sugerido, deverá proporcionar aperfeiçoamento e dinamicidade para aquela instituição de ensino.

A adoção de processos de internacionalização no LEA-MSI, com critérios que adotem a inclusão e equidade nos seus objetivos educacionais deve proporcionar o aperfeiçoamento desse curso e maior oportunidade aos que cursam essa matéria.

A linha de ensino e aprendizado com auxílio da internacionalização, além de criar novas oportunidades para os seus egressos, provavelmente proporcionará uma nova percepção por parte dos entes que absorvem esses profissionais, abrindo novas fronteiras aos que utilizam e fornecem o conhecimento de línguas estrangeiras aplicadas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMU, Abebaw Yirga. Digital Transformation Will Be One of the Major Discussion - Points in the Future of Internationalization. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling (VA) USA: Stylus Publishing, LLC, 2022. p. 481-482.

ALFANI, Rodrigo et al. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023 "Revisado". Brasília: Instituto Federal de Brasília - IFB, 2021. 226 p. Disponível em: http://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1724/arquivos/download/PDI_2019_2023_-_Revisado_P%C3%B3s_CS-Completo.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de; CAGNIN, Rafael Fagundes. A Indústria do Futuro no Brasil e no Mundo. São Paulo: Iedi - Instituto de Estudos Para O Desenvolvimento Industrial, 2019. 622 p. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190311_industria_do_futuro_no_brasil_e_no_mundo.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

BRANDENBURG, Uwe et al. Internationalization in Higher Education for Society (IHES): concept, current research and examples of good practice. Bonn: **German Academic Exchange Service (DAAD)**, 2020. 108 p.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm . Acesso em: 1 set. 2022.

CONCIANI, Wilson. Entrevista sobre a internacionalização do IFB. [entrevista concedida a] Agnes de Araujo Póvoas Pereira, dezembro 2021.

DEARDORFF, Darla K. *et al* (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling (VA) USA: Stylus Publishing, LLC, 2022. 560 p.

DE WIT, Hans. Internationalization in higher education, a critical review. **SFU Educational Review**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 9-17, 2019.

ERGIN, Hakan et al. Forced Internationalization of Higher Education: an emerging phenomenon. **International Higher Education**, [S.L.], n. 97, p. 9-10, 13 mar. 2019. Boston College University Libraries. <http://dx.doi.org/10.6017/ihe.2019.97.10939>.

FRAJUCA, Carlos et al. P D I - Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013. Brasília: Instituto Federal de Brasília - IFB, 2009. 86 p. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/007_PDI%202009-2013%20IFB.pdf . Acesso em: 1 set. 2022.

KNIGHT, Jane. Higher Education Internationalization: Concepts, Rationales and Frameworks. **Redalint**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 65-88, mar./abr. 2021.

KNIGHT, Jane; SIMPSON, Diane. The Growth of International Joint Universities around the World. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling (VA) USA: **Stylus Publishing, LLC**, 2022. p. 447-461.

LEAL, Fernanda. Toward a Collective Effort of Detachment from the Dominant Rationality, which Requires Intentionality. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling (VA) USA: **Stylus Publishing, LLC**, 2022. p.472.

MARINONI, Giorgio. Making Internationalization Equal, Fair, and Inclusive. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling (VA) USA: **Stylus Publishing, LLC**, 2022. p. 466-467.

MINAEVA, Ekaterina. Sustaining Quality, Ensuring Availability. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.). **The Handbook of International Higher Education**. 2. ed. Sterling, (VA) USA: Stylus Publishing, LLC, 2022. p. 482-483.

MWANGI, Chrystal A. George; YAO, Christina W.. US Higher Education Internationalization Through an Equity-Driven Lens. In: PERNA, Laura W. (ed.). **Higher**

Education: Handbook of Theory and Research. [S. L.]: Springer Nature Switzerland Ag, 2021. p. 778-867.

POLÍTICA de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Forinter - Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 2009. 9 p. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/documento/documentos-institucionais/politica-de-relaes-internacionais-dos-institutos-federais.pdf> . Acesso em: 1 set. 2022.

PROJETO PEDAGÓGICOa: Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. 145 p. Disponível em: <https://www.ufpb.br/lea/contents/documentos/ppc-2017-Atual-1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

PROJETO PEDAGÓGICO b: Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEANI). Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), 2017. 172 p. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2560/PPC%20-%20LEANI.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

PROJETO Político-Pedagógico: Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. 14 p. Disponível em: <http://lea-msi.unb.br/attachments/article/19/PPP%20de%20LEA-MSI.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

RUDZKI, Romuald Edward John. The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice. 1998. 331 f. Tese (Doutorado) – Curso: Education, Newcastle University, Newcastle Upon Tyne (UK), 1998. Disponível em: <https://theses.ncl.ac.uk/jspui/handle/10443/149> . Acesso em: 1 set. 2022

SILVA, Priscila de Fátima. O Impacto Socioeconômico da Implementação do Programa Jovem Aprendiz a Partir da Inclusão Laboral dos Jovens Aprendizes Atendidos pelo Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Social e Intervenção Comunitária, Escola Superior de Educação de Santarém, Santarém (PT), 2016. Disponível em: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/1641/1/Dissertacao_Final_priscila_silva.pdf . Acesso em: 1 set. 2022.

STALLIVIERI, Luciane et al. A Internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica: Uma Abordagem Sobre a Estrutura Administrativa. Revista PGPU, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-74, abr. 2019. Semestral. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/17851/15366> . Acesso em: 1 set. 2022.

TATAGIBA, Marcus Vinicius Franquine (org.). Quais são os idiomas mais requisitados no mercado de trabalho? 2022. Disponível em: <https://abracomex.org/idiomas-mais-requisitados-no-mercado-de-trabalho/> . Acesso em: 1 set. 2022.

ZOU, Tracy. Being Reflexive and Critical about the Current Power Structure is Important to the Future of Internationalization of the Curriculum. In: DEARDORFF, Darla K. et al (ed.).

The Handbook of International Higher Education. 2. ed. Sterling (VA) USA: Stylus Publishing, LLC, 2022. p. 478-479.